

# IBGE 90 ANOS

## O IBGE É ÓRGÃO DE ESTADO

O IBGE chega aos seus 90 anos como uma das instituições públicas mais importantes do país. Sua credibilidade não surgiu de discursos de ocasião nem de projetos conjunturais. Foi construída ao longo de décadas por gerações de trabalhadores comprometidos com rigor metodológico, autonomia técnica, continuidade institucional e produção de informações confiáveis para a sociedade brasileira.

O IBGE é órgão de Estado. Sua função ultrapassa governos e disputas políticas momentâneas. O Instituto produz estatísticas oficiais, organiza informações territoriais, sustenta políticas públicas, orienta transferências constitucionais, apoia o planejamento estatal e fornece parte essencial da base técnica que permite ao país conhecer sua população, seu território e sua economia. Por isso, qualquer desgaste da imagem institucional do IBGE afeta diretamente a confiança pública na própria capacidade administrativa do Estado brasileiro.

O problema da atual gestão não é defender inovação tecnológica. O IBGE sempre se modernizou. O Instituto já vinha, há muitos anos, digitalizando pesquisas, integrando registros administrativos, incorporando geotecnologias, desenvolvendo sistemas de informação complexos e modernizando suas metodologias estatísticas. A questão é que o discurso hoje apresentado pela presidência cria uma oposição artificial entre um "IBGE do passado" e um "IBGE do futuro".

***O passado aparece associado à estatística clássica, ao censo, ao levantamento territorial e à produção tradicional de dados.***

***O futuro aparece associado à inteligência artificial, à soberania de dados, à integração de plataformas, à modelagem preditiva, à geoeconomia e à transformação digital do Estado.***

O problema é que essa nova agenda raramente é apresentada como continuidade natural da trajetória institucional do próprio IBGE. Ao contrário, o discurso frequentemente sugere que o modelo histórico do Instituto seria insuficiente diante da chamada "mudança de época".

Isso produz um efeito simbólico grave: o IBGE tradicional passa a aparecer implicitamente como pertencente a um paradigma ultrapassado. Mas a força do Instituto nunca esteve em discursos de ruptura. Ela sempre esteve justamente na estabilidade metodológica, na comparabilidade histórica, na prudência técnica e na confiança social acumulada ao longo de décadas. Há pouca defesa pública desses fundamentos históricos do IBGE. Pouco se fala sobre a qualidade estatística, a autonomia técnica, o sigilo estatístico e a independência institucional. Em vez disso, cresce uma narrativa centrada em inteligência estratégica, políticas preditivas, soberania de dados e reorganização ampla da governança estatal de informações.

Os documentos públicos associados ao SINGED possuem forte caráter político-programático e funcionam muito mais como narrativa justificadora de transformação institucional do que como projetos técnico-formais plenamente consolidados. Faltam, de forma clara e transparente, estudos robustos de impacto institucional, avaliação pública de riscos, delimitação precisa de competências, arquitetura jurídica consolidada e debate amplo com os trabalhadores do órgão.

Os textos públicos apresentados até aqui não são suficientes para justificar mudanças profundas, como redefinição ampla das competências legais do IBGE, centralização nacional de bases de dados, compartilhamento massivo de microdados ou criação de novas prerrogativas permanentes de governança informacional. Ao mesmo tempo, o SINGED sugere implicitamente um IBGE como coordenador, integrador e núcleo soberano da governança nacional de dados.

Mas a própria arquitetura central do Estado digital brasileiro — interoperabilidade, APIs, identidade digital, integração federativa e governança de plataformas — foi estruturada principalmente fora do IBGE, sob liderança do MGI e da estrutura Gov.br. Isso gera uma contradição importante: o discurso apresenta o Instituto como centro estratégico da nova arquitetura estatal de dados, mas esse protagonismo não aparece com a mesma intensidade nas demais instituições do governo federal. O projeto avança mais rapidamente na dimensão narrativa do que na dimensão técnico-regulatória.

Além disso, tudo isso ocorre em um contexto mais amplo de precarização do serviço público brasileiro: fragmentação institucional, flexibilização de estruturas permanentes, expansão de modelos paralelos de gestão e enfraquecimento das carreiras públicas.

É impossível não perceber a contradição: um intelectual que estudou profundamente a precarização do trabalho chega ao IBGE conduzindo projetos que ampliam a insegurança institucional, tencionam a identidade do órgão e fragilizam referências históricas que sustentam sua legitimidade pública.

Defender o futuro do IBGE não significa rejeitar tecnologia, inovação ou ciência de dados. Significa defender que qualquer modernização preserve a autonomia técnica, o rigor metodológico, a estabilidade institucional, o sigilo estatístico, a valorização dos trabalhadores e o caráter do IBGE como órgão de Estado.

**O IBGE NÃO PRECISA  
NEGAR SUA PRÓPRIA  
HISTÓRIA PARA  
CONTINUAR SENDO  
MODERNO!**



**ASSIBGE**

Sindicato Nacional